

A Relação entre o Estatuto do Aluno e a Lei de Protecção de Crianças e Jovens

Seminário para professores e agentes educativos

22 NOV 2017 | 17.30-20.30h Auditório da Escola EBI/JI de Aljezur FORMADOR: Prof. Doutor José Carlos Matias de Sousa

ORGANIZAÇÃO

APOIOS













SEMINÁRIO

EDUCAR, COOPERAR, PROTEGER

A Relação entre o Estatuto do Aluno e a Lei de Protecção de Crianças e Jovens

Seminário certificado como acção de formação de curta duração. Desp. nº 5741/2015, de 29 de Maio

DATA DE REALIZAÇÃO / DURAÇÃO / HORÁRIO / LOCAL

22/11/2017, das 17h:30m às 20h:30m, no Auditório da Escola EBI / JI de Aljezur

DESTINATÁRIOS DA ACÇÃO

Professores e Educadores de todos os níveis de ensino; Pessoal Não Docente das escolas; Pais e Encarregados de Educação; outros agentes educativos.

JUSTIFICAÇÃO DA ACÇÃO

Este seminário de formação resulta de uma parceria entre a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aljezur e o Centro de Formação Dr. Rui Grácio. Obteve o apoio da Câmara Municipal de Aljezur e da Escola EBI/JI de Aljezur, articulandose com as prioridades de Educação para a Paz e para os Direitos Humanos da Unesco.

O **Estatuto do Aluno e Ética Escolar** estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação. O objectivo da Lei é apostar no estabelecimento de uma nova cultura de disciplina, esforço e mérito, na maior responsabilização de alunos e pais ou encarregados de educação e no reforço da autoridade efectiva dos professores e do pessoal não docente.

O Sistema Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens designa os estabelecimentos de educação e ensino como entidades privilegiadas na prevenção primária e como detectores de indicadores de risco e perigo, sendo necessária uma maior articulação entre os professores, os Titulares de Turma e os Directores de Turma, que constituem elos de ligação com os Gestores de Processo nas CPCJ locais e as famílias.

Destacam-se, assim, dois níveis de necessidades de formação dos professores e de outros agentes educativos:

- Como desenvolver mecanismos de trabalho articulado entre as escolas e o Sistema Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens?
- Como adequar a intervenção dos professores e de outros agentes educativos em situações de risco?

OBJECTIVOS

- Articular o Estatuto do Aluno e Ética Escolar com a Lei de Protecção de Crianças e Jovens.
- Perspectivar mecanismos de trabalho cooperativo entre as escolas e o Sistema Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens.

CONTEÚDOS

- 1. Os Estabelecimentos de Educação e Ensino como entidades privilegiadas na prevenção primária e como detectores de indicadores de risco e perigo;
- 2. As sinalizações de casos à CPCJ: como e quando?
- 3. Medidas Educativas adequadas ao pleno usufruto dos direitos dos alunos, em contexto escolar.

METODOLOGIA

Exposição de conceitos, enquadramento legal e articulação de papéis sociais na promoção de direitos e protecção de crianças e jovens. Diálogo e esclarecimento de dúvidas.

AVALIAÇÃO DA ACÇÃO E DOS FORMANDOS

A acção será avaliada mediante um questionário online a preencher pelos formandos.

Os participantes procedem a uma breve reflexão escrita sobre a formação desenvolvida e a sua importância no seu desenvolvimento pessoal e profissional (online).

INSCRIÇÕES ONLINE

Inscrições online até 20 de Novembro de 2017, no seguinte link: https://goo.gl/forms/1kgiYttwgl7zaGBz2

Centro de Formação Dr. Rui Grácio ■ Sede: Escola Secundária Júlio Dantas, Largo Prof. Egas Moniz, 8600–904 Lagos ■ Tel. +351 282 77 09 97 ■ e-mail: centroruigracio@esid.pt ■ URL: http://centroruigracio.esid.pt/ ■ Facebook: https://www.facebook.com/CFAERuiGracio